

## Reflexões sobre a concretização da utopia: percursos e desafios da formação em Museologia na Universidade de Brasília

Reflections on the realization of utopia: paths and challenges of training in Museology at the Universidade de Brasília

Ana Lúcia de Abreu Gomes\*

Clovis Carvalho Britto\*\*

Deborah Silva Santos\*\*\*

Marijara Souza Queiroz\*\*\*\*

**Resumo:** O artigo apresenta a trajetória e os desafios da formação em Museologia na Universidade de Brasília, tendo como inspiração os conceitos de utopia em Darcy Ribeiro e Waldisa Rússio. Em um exercício de reflexividade ou de metamuseologia, evidencia, por meio de abordagem quali-quantitativa sustentada em análise documental, algumas singularidades e desafios que impactam a formação em Museologia na Universidade de Brasília. Analisa os contextos e as condições de possibilidade que potencializaram na longa duração as singularidades dessa configuração no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, além das ressonâncias da Política Nacional de Museus e das políticas de ações afirmativas.

Palavras-chave: Museologia. Formação. Universidade de Brasília. Distrito Federal. Utopia.

**Abstract:** The paper presents the trajectory and challenges of training in Museology at the Universidade de Brasília, having as inspiration the concepts of utopia in Darcy Ribeiro and Waldisa Rússio. In an exercise of reflexivity or metamuseology, it highlights, through a qualitative and quantitative approach supported by document analysis, some singularities and challenges that impact the training in Museology at the Universidade de Brasília. It analyzes the contexts and conditions of possibility that in the long term potentiated the singularities of this configuration in the scope of teaching, research and extension, in addition to the resonances of the National Museum Policy and affirmative action policies.

Key-words: Museology. Training. Universidade de Brasília. Federal District. Utopia.

### Introdução

[...] a nossa utopia concreta, pronta a retomar-se para se repensar e refazer. [...] Isto é o que me entrou pelos olhos naquela tarde, percorrendo o campus da UnB. Percebi ali, claramente, que a verdadeira Universidade de Brasília é a utopia concreta

---

\* Doutora em História pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. [anaabreu.68@gmail.com](mailto:anaabreu.68@gmail.com)

\*\* Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Professor no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília e no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia. [clovisbritto@unb.br](mailto:clovisbritto@unb.br)

\*\*\* Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Professora no curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. [deborahsantos@unb.br](mailto:deborahsantos@unb.br)

\*\*\*\* Doutora em Artes Visuais pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. [marijara@unb.br](mailto:marijara@unb.br)

que subsiste calada entre seus muros no espírito dos estudantes e dos professores que guardam fidelidade ao seu espírito; mas é, também, a universidade excludora, que vive onde sobrevive os que a conceberam; e é, sobretudo, a que ressurgirá em quantos, amanhã, não de reencarná-la em liberdade e dignidade.  
Darcy Ribeiro (1978, p. 41-46).

É preciso lembrar que a utopia, longe de ser uma visão fantástica de cérebro doente, sonho longínquo desligado das realidades mais chãs e das raízes da Vida, é pelo contrário, uma manifestação da racionalidade humana em que o chamado “sonho” é, apenas, a fase que precede ao planejamento. [...] É dentro da Grande Utopia da Humanização que se inserem os “sonhos” mais imediatos da dessacralização dos organismos culturais, da sua acessibilidade ao maior número de pessoas, mas acessibilidade em profundidade, em movimento largo e de raízes.  
Waldisa Rússio (1977, p. 159-160).

Neste artigo apresentamos reflexões sobre a trajetória e os desafios da formação em Museologia na Universidade de Brasília (UnB), compreendendo-os, a partir do pensamento de Darcy Ribeiro (1978) em epígrafe, como “utopia concreta” em constante refazimento. O intuito é evidenciarmos os contextos e as condições de possibilidade que potencializaram na longa duração a criação do curso de Museologia na UnB, as singularidades de sua configuração no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e as ressonâncias da Política Nacional de Museus e das políticas de ações afirmativas.

Nesse aspecto, assim como Darcy Ribeiro, um dos idealizadores e primeiro reitor da UnB, evidenciou o lugar da Universidade e da Educação na concretização das utopias, a museóloga Waldisa Rússio (1977) destacou a importância do museu como “deflagrador das utopias”, pensamento que ampliamos para os compromissos da Museologia:

[...] a utopia de Rússio não correspondia ao seu significado etimológico de ‘lugar que não existe’ ou ‘não-lugar’, mas à ideia freiriana de uma utopia emancipatória. Uma utopia fluida, não dogmática e nem universalizante, que não é engessada na teoria e que impulsiona a ação prática, baseada na crítica do passado e na ação revolucionária no presente, em busca de transformar a sociedade a partir da realidade em que está inserida. Uma utopia que aproxima-se da ‘esperança crítica’ de Paulo Freire (BRAYNER, 2021, p. 239).

Essa característica é potencializada quando reconhecemos, assim como salientou Maria Cristina Oliveira Bruno (2020), a Museologia como “um campo marcado pela utopia, hoje compreendida como o objetivo da resiliência acadêmica” marcado “por elaborações conceituais inéditas, por experimentações metodológicas inovadoras e por um constante e reiterado inconformismo resiliente e, ao mesmo tempo, resistente” (p. 22).

Inspirados nesses “agentes da utopia” esboçaremos um exercício de reflexividade ou de metamuseologia, ao pensar museologicamente a Museologia, evidenciando, por meio de abordagem quali-quantitativa sustentada em análise documental, algumas singularidades e alguns desafios que impactam a formação museológica na UnB.

## 1. A “geração da utopia” e a Museologia na Universidade de Brasília

A trajetória da formação em Museologia na UnB deve ser visualizada na longa duração, como fruto da constituição da própria universidade. Adelia Miglievich-Ribeiro (2017) reconhece que a UnB congregava a mentalidade utópica de uma geração intelectual que manifestava um projeto nomeado de “A Universidade Necessária”, marcado pelo debate sobre a educação na transformação do país, designando-a como fruto de uma “geração da utopia”.

Inaugurada em 21 de abril de 1962, sob inspiração de um grupo liderado por Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Frei Matheus Rocha e contando com a colaboração de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, a Universidade de Brasília representou, no contexto brasileiro, uma revolução na vida acadêmica. Em torno dos que conceberam a Universidade, reuniram-se professores comprometidos com as reformas de que o país necessitava para se modernizar, para se democratizar e para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária. Era o protótipo da universidade cidadã (DIAS, 2013, p. 15).

Nesse aspecto é possível delinear a trajetória para a constituição do Curso de Museologia na Universidade de Brasília articulada aos princípios que mobilizaram a “geração da utopia” e, portanto, considerar a atuação do antropólogo Darcy Ribeiro como “demiurgo de museus, escolas e universidades” (CHAGAS *et al.*, 2018, p. 78). Além disso, procurando escapar de uma abordagem teleológica e considerando que estamos no futuro daquele passado, propomos aqui uma interpretação da criação do Curso de Museologia da UnB a partir do processo de autonomização do campo dos museus em âmbito federal.

Propomos dessa forma, porque para aqueles que acompanham a trajetória dos cursos de formação profissional na área dos museus, não é desconhecido o fato de o Plano Diretor da Universidade de Brasília, datado de 1962, prever entre seus órgãos complementares a instalação de uma estrutura designada por MUSEUM em seu *campus*, lugar onde se ministrariam cursos de Museologia. Este MUSEUM seria formado pelo Museu da Ciência e da Técnica, pelo Museu de Artes e pelo Museu da

Civilização Brasileira. Portanto, os órgãos complementares, "além de suas funções específicas, operariam como núcleos de treinamento em serviço para a formação profissional nos seus respectivos campos de especialidade. Tal seria o caso da Museologia para o *Museum*" (RIBEIRO, 1978, p. 107-108).

A museóloga Lygia Martins Costa, convidada para auxiliar na criação do Curso de Artes da UnB naquela ocasião, afirmou que, em conversa com Darcy Ribeiro, o orientou no sentido de que se haveria museus na UnB, era necessária a criação de um Curso de Museologia. Ela elaborou uma proposta de curso que entregou, não a Darcy Ribeiro, mas ao Reitor-interventor Zeferino Vaz, já no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). Apesar de aprovado *ad referendum* do Conselho em setembro de 1964, nunca foi implementado (GOMES; CARRIJO, 2012, p. 262-263). Tudo indica que o curso elaborado pela museóloga Lygia Martins Costa seria marcado pela interdisciplinaridade. Isso porque, um ano depois, no IV Congresso Nacional de Museus, organizado pela Organização Nacional do ICOM (ONICOM) no Museu Histórico Nacional, entre 23 e 31 de julho de 1965, "Lygia apresenta seu projeto, cuja fundamentação foi estruturada numa base de estudos gerais em História, História da Arte, Filosofia e Literatura" (SÁ, 2015, p. 144).

Anna Laudicea Itaboraí Echternacht e Ivan Coelho de Sá (2017) também destacam a proposta do professor Mário Chicó, historiador da arte português (Museu de Évora), de um curso de especialização em Museologia para a UnB, em 1965:

O documento, apesar de não deixar claro, contém as características de um curso de especialização em Museologia, uma vez que é direcionado para licenciados (no Brasil, leia-se graduados) em Arte, Letras ou Ciências. As disciplinas foram divididas em dois anos: o primeiro ano, um Curso Geral, no qual seriam ministrados conteúdos voltados ao que foi denominado a) Museologia Geral, b) Organização e Exposição das Coleções e c) Arquitetura e Equipamento; o segundo ano compunha um Curso Especial, cujos grupos seriam distribuídos por área de interesse: a) museus de arte, história e etnografia ou b) museus de ciência (ECHTERNACHT; SÁ, 2017, p. 183).

Embora o curso não tenha sido implementado, a proposta enfatizava "o funcionamento organizacional de um museu e os métodos de execução do que ele entende como as atividades primordiais do museólogo – organização, exposição e conservação" (ECHTERNACHT; SÁ, 2017, p. 184). Além disso, trazia como singularidades uma disciplina sobre a função social dos museus, "inclusive dividindo-a em duas linhas de interesse: uma para museus de arte, história e etnografia e outra para museus de ciência. Aliás, os museus de ciência são a segunda especificidade"

(p. 184). A proposta de curso foi constituída com disciplinas das áreas Museologia, Arte, História e Antropologia.

O fato é que a criação de um curso de Museologia na UnB como uma “utopia concreta” ocorreu somente em 2008, com a implantação do bacharelado. Iniciativa que pode ser mais bem compreendida se observarmos as ressonâncias entre o processo de autonomização do campo dos museus em âmbito federal e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) estabelecido em 2007<sup>1</sup>, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação em âmbito federal.

Naqueles anos de 2007 e 2008, o Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan acompanhava os desdobramentos de sua solicitação a todas as universidades federais, ao tempo em que buscava concretizar outros aspectos da Política Nacional de Museus aprovada em 2003 e pautada em um modelo de gestão democrática e participativa que caracterizou a construção de uma política para os museus desde meados da década de 1980 quando do contexto da criação do Ministério da Cultura (MinC)<sup>2</sup>.

A primeira gestão do ministro Celso Furtado à frente do MinC (1986-1988) criou, em sua estrutura, o Sistema Nacional de Museus (SNM) que se organizava a partir de uma coordenadoria e representantes das Unidades da Federação. Esse modelo, dentre outros objetivos, atendia às diferentes demandas das unidades federativas a partir da organização do setor museal nas unidades da federação, considerando que, para participar do SNM, as unidades federativas deveriam designar um representante oficial. Esse movimento se beneficiou, em algumas unidades federativas, da organização do setor museus como foi o caso do Rio Grande do Sul em 1987. Destacamos aqui este caso por ter sido uma “[...] referência para implementação da Política Nacional de Museus” (DUARTE, 2013, p.13). Duarte (2013) reconhece que já havia no Rio Grande do Sul intensa articulação interna considerando a necessidade dos municípios gaúchos requisitarem assessoria técnica para a preservação da memória e de bens culturais, restauração de prédios considerados históricos, dentre outras demandas:

Neste mesmo período, o Subsecretário de Cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil, institui a Portaria Interna 001/86 (Boletim 95/86; D.O. 07/06/1986) no qual se criou comissão de estudos para implantação do SEM/RS. Isso ocorreu devido ao Sistema Nacional de Museus e

<sup>1</sup> Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007.

<sup>2</sup> O Ministério da Cultura foi criado por meio do Decreto n. 91.144 de 15 de março de 1985.

pelo exemplo de outros estados, que já haviam criado e estavam implantando os seus sistemas voltados aos museus (DUARTE, 2013, p. 16-17).

Desde sua constituição, a Coordenadoria de Museus do Rio Grande do Sul organizou o Fórum Estadual de Museus que, em 1990, encontrava-se em sua segunda edição. Além dos eventos que se organizaram anualmente, estruturou-se a publicação do Guia de Museus do estado, a estruturação do cadastro estadual de museus e parcerias para a capacitação dos profissionais que trabalhavam nos museus. As articulações entre o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e a Fundação de Amparo à pesquisa daquele estado viabilizaram o lançamento de um edital de apoio à qualificação dos museus gaúchos.

Sabemos igualmente que houve outras experiências de sucesso nos estados do Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo. Nesse aspecto, Simone Flores Monteiro (2016) contextualiza como essas e outras iniciativas contribuíram para a instalação em 2003 da Política Nacional de Museus e, aqui, sublinhamos as ações que viabilizaram a institucionalização de treze cursos de Museologia no âmbito da educação superior no Brasil:

A Política Nacional de Museus trouxe, na sua base, a preocupação com os profissionais que estavam atuando nos museus, com os que viriam a atuar e também com a educação da sociedade com referência aos museus, patrimônio e memória, o que se configurou nos princípios caracterizados num dos eixos programáticos da Política Nacional de Museus. [...] O eixo Formação e Capacitação dos Recursos Humanos foi instaurado e passou a ser trabalhado com prioridade. [...] A partir de 2004 até 2013, foram criados 13 cursos de graduação em Museologia, de norte a sul do país, contribuindo para o enraizamento da PNM para dentro das universidades que possuem um potencial importante tanto no que se refere às pesquisas que passam a ser mais efetivas e mais abundantes e ainda pela ação multiplicadora dos cursos juntos à sociedade com a capacidade de estabelecer conexões entre as universidades, museus e comunidades e possibilitando assim novos agenciamentos. O programa de capacitação e formação em Museologia identificou uma demanda para a formação específica no campo da Museologia e foi um dos propulsores dos agenciamentos para a criação dos novos cursos. A criação dos cursos foi resultado da motivação de muitos profissionais com a PNM que perceberam que com o apoio e impulso do Ministério da Cultura, inicialmente com o DEMU, depois com o IBRAM, era possível aproveitar a relação com o Ministério da Educação e com as reitorias das Universidades e modificar a realidade de cursos de Museologia (MONTEIRO, 2016, p. 112-119).

Em 30 de janeiro de 2006, o diretor do então Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/lphan) encaminhou ofício n. 16/2006 à Reitoria da Universidade de Brasília. Nele, José do Nascimento Júnior destacou a inflexão

promovida pela implementação da Política Nacional de Museus (2003), em diferentes aspectos, mas sobretudo, ressaltou a dinamicidade das instituições museais a partir dali e como se tornara premente a necessidade de profissionais formados na área para atender às novas demandas promovidas por essa nova política. Neste sentido, solicitou à Reitoria da UnB que avaliasse a possibilidade de criação de um curso de Museologia na Universidade de Brasília.

A Reitoria da UnB, por sua vez, despachou o ofício para o então Departamento de Informação e Documentação (CID/Face). Acreditamos que esse encaminhamento se deu porque, em 1988, o CID/Face já havia respondido positivamente à demanda da *Internacional Federation of Library Association* (IFLA) associada à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para a elaboração de uma proposta de Curso de Especialização em Museologia, que não se concretizou.

Em 2006, portanto, o CID/Face organizou comissão para o estudo da proposta, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celina Kuniyoshi, professora do Curso de Arquivologia, mas museóloga igualmente. Ao longo daquele ano e do ano de 2007, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celina Kuniyoshi formou comissão que decidiu pelo formato consorciado do futuro Curso de Museologia. O consórcio foi formalizado em 9 de outubro de 2008, no contexto da 354<sup>a</sup> Reunião do Conselho Universitário (Consuni), tendo sido implementado na mesma data, composto pelos Departamentos de Antropologia, Artes Visuais e História, além dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia sediados no CID/Face. As preocupações em relação ao quadro docente e à infraestrutura necessária foram de alguma maneira equacionadas a partir do momento em que o Consuni/UnB aprovou em 4 de julho de 2008 o ingresso da universidade no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (BRITO, 2013, p. 102). A primeira turma do Curso de Museologia ingressou na UnB no segundo semestre de 2009.

## **2. “Repensar e refazer”: ensino e pesquisa em Museologia**

O curso de Museologia na UnB tem como uma de suas singularidades o fato de ser um curso consorciado entre a Faculdade de Ciência da Informação e os departamentos de Antropologia, Artes Visuais e História, o que acentua a perspectiva interdisciplinar na formação das/os discentes. Fator que pode também ser observado nas disciplinas obrigatórias e optativas, pautadas em diálogo entre estas e outras

áreas do conhecimento, a exemplo da Educação, da Sociologia e das Ciências Ambientais.

Embora a construção consorciada potencialize a feição interdisciplinar da Museologia, o fato de o curso estar sediado na Faculdade de Ciência da Informação, que também sedia os cursos de graduação em Arquivologia, em Biblioteconomia e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, também merece ser evidenciado no delineamento de suas especificidades.

A partir dessa leitura, museus e Museologia podem ser reconhecidos como integrantes do campo da informação, reconhecido por Angélica Marques (2013) como um campo científico e profissional “que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (p. 13). Segundo a autora, o campo da informação incorporaria as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da Ciência da Informação, sendo composto por disciplinas que são distintas e independentes, ainda que possuam alguns aspectos históricos, epistemológicos e teóricos comuns. Além disso, destaca a relação histórica entre arquivos, bibliotecas e museus.

No âmbito das instituições e práticas museais também se destacam as aproximações entre os campos dos museus, da Museologia e da Ciência da Informação. É possível afirmar que as relações entre Museologia e Ciência da Informação são próximas às apresentadas por Angélica Alves da Cunha Marques (2013) em suas análises sobre os pontos de contato entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. A autora reconhece, por exemplo, os diálogos institucionais dos seus cursos de graduação, a formação do corpo docente e a produção científica com temáticas que aproximam as duas áreas, compartilhando espaço com as perspectivas gerencial e informacional. Do mesmo modo, demonstra que essa aproximação não é unânime entre profissionais e estudiosos/as das áreas e que as relações muitas vezes são conflituosas.

Também é importante destacar no Brasil, na primeira década do século XXI, a criação de cursos de graduação em Museologia vinculados a escolas, centros e faculdades de Artes, Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciência da Informação, caracterizada pela dispersão dos cursos em diferentes campos do conhecimento<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Os cursos de graduação em Museologia integram distintas unidades acadêmicas: Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Artes, Humanidades e Letras; Universidade Federal de Pelotas - Instituto de Ciências Humanas; Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal de

Carlos Alberto Ávila Araújo, Angélica Alves da Cunha Marques e Samile Andréa Souza Vanz (2011) apontam que essa dispersão favoreceu a interdisciplinaridade do campo, mas mobilizou formações distintas que dificultariam a consolidação da Museologia como campo autônomo e, neste caso, compreendem, por exemplo, que “as problemáticas ou reflexões históricas, artísticas ou etnográficas, por vezes, eclipsam ou relevam para segundo plano as questões propriamente museológicas” (p. 94). As autoras também destacam que os cursos de Museologia criados no espaço da Ciência da Informação, na Universidade de Brasília, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não explicitaram uma preocupação de integração epistemológica com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação ou, nos casos em que houve interesse, não obtiveram êxito na efetiva integração:

Assim, a integração institucional tornou-se uma realidade, mas nem sempre conduziu a uma real integração teórica e epistemológica no contexto da graduação, que, em algumas realidades, ainda parece ser superficial. No Brasil, a Ciência da Informação tem acolhido essas três áreas essencialmente no âmbito da pós-graduação. Na graduação, o desafio é conciliar os pontos comuns, os diálogos e as relações entre as áreas com a manutenção das especificidades de cada uma. Ou seja, a questão que perpassa a realidade das universidades que contemplam essas áreas no espaço da Ciência da Informação parece ser ‘casar’ seus aspectos comuns, de forma flexível e articulada, com suas relativas autonomias, aprofundando suas relações teóricas e epistemológicas. [...] A Ciência da Informação, que vem conquistando, no Brasil, legitimação acadêmica e científica no espaço institucional ocupado pela Biblioteconomia, passa a precisar se adequar, teórica e institucionalmente, para agregar as outras duas áreas, por um lado potencializando seus estudos a partir do conceito de informação e, por outro, precisando respeitar as especificidades destas diferentes áreas do conhecimento e, mais ainda, sabendo incorporar os avanços obtidos por cada uma delas. Ou seja: é preciso assegurar que o processo ocorra em mão dupla: a Ciência da Informação não deve apenas fornecer teorias, conceitos e métodos às três áreas; deve, sim, ser capaz de acolher as especificidades delas, o conhecimento acumulado no âmbito teórico e prático de cada uma, e ser capaz de se transformar e se enriquecer a partir desse acolhimento (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011, p. 86-87).

Essas considerações são relevantes quando compreendemos que o campo dos museus e o campo da Museologia extrapolam o campo da informação, afirmação que pode ser visualizada no caso brasileiro a partir da diversidade de áreas do

---

Ouro Preto – Escola de Direito, Turismo e Museologia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; Universidade Federal do Pará – Faculdade de Artes Visuais; Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras; Universidade de Brasília - Faculdade de Ciência da Informação; Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Ciência da Informação; Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Ciências Sociais; Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Estadual do Paraná – Escola de Música e Belas Artes.

conhecimento em que os cursos de Museologia estão vinculados. Além disso, não existe consenso em conceber a Ciência da Informação como um campo integrador para a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia (ARAÚJO, 2010; 2014). Tais reflexões demonstram alguns dos desafios enfrentados na formação e da pesquisa em Museologia, em geral, e nos contornos da Museologia na UnB, em especial quando reconhecemos a interdisciplinaridade como um dos marcadores desta área do conhecimento. Nesta reflexão, os trânsitos e as fronteiras epistêmicas também podem contribuir para o fortalecimento de interesses mútuos, paradigmas comuns e adesões profissionais.

No caso do curso de Museologia da UnB, os componentes curriculares integram quatro eixos integradores: I - Teoria e prática museológica; II - Museologia e informação; III - Museologia e patrimônio cultural; e IV - Preservação e conservação de bens culturais. Esses eixos contribuem para o delineamento do perfil das/os discentes, com impactos significativos nas ações de pesquisa e extensão. Além de reafirmar a importância das ações de preservação, pesquisa e comunicação, os eixos evidenciam a relação entre os campos da informação (conforme apresentamos anteriormente) e do patrimônio. A primeira turma de formadas/os concluiu o curso em 2013. Na Tabela 1 é possível visualizar a quantidade de egressas/os até 2021:

Tabela 1 – Egressas/os do Curso de Museologia – UnB

<b>ANO</b>	<b>EGRESSAS/OS</b>
<b>2021</b>	<b>14</b>
<b>2020</b>	<b>23</b>
<b>2019</b>	<b>22</b>
<b>2018</b>	<b>19</b>
<b>2017</b>	<b>20</b>
<b>2016</b>	<b>21</b>
<b>2015</b>	<b>23</b>
<b>2014</b>	<b>17</b>
<b>2013</b>	<b>7</b>
	<b>Total: 166</b>

Fonte: Anuários Estatísticos da Universidade de Brasília (2015-2021) e dados da Secretaria do curso.

Em estudo baseado nas respostas de 39 egressas/os do curso de Museologia da UnB, Jamenson Araújo de Freitas (2018) evidencia que 56% ingressaram em programas de pós-graduação, com destaque para as áreas de Ciência da Informação (40%) e Museologia (20%). As respostas também indicaram que 51% das/os egressas/os exerceram alguma forma de atuação no mercado de trabalho.

No âmbito da pesquisa também é possível visualizarmos algumas tendências epistemológicas a partir das temáticas desenvolvidas nos trabalhos de conclusão de curso. Ao elegermos como amostra 143 trabalhos disponíveis na Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente<sup>4</sup>, entre os trabalhos de conclusão do curso de Museologia da UnB, é possível identificar essas tendências a partir das palavras-chave apresentadas nos resumos, conforme a nuvem de palavras (Figura 1):



Figura 1 – Nuvem de palavras-chave dos trabalhos de conclusão de curso em Museologia – UnB. Fonte: Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da UnB (2022).

A centralidade ocupada pelo termo *museu* ainda repercute uma das tendências do campo da Museologia nacional e internacionalmente. Nesse contexto, a Museologia possui atuação destacada ao eleger os museus, suas coleções e as práticas museais como um dos seus objetos privilegiados de investigação. Além disso, alguns dos primeiros cursos de Museologia e de técnica de museus surgiram em instituições museais, a exemplo dos cursos da *École du Louvre* (1882) na França, do

<sup>4</sup> A Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da UnB pode ser acessada em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/5940>. Dos 146 trabalhos de conclusão em Museologia disponibilizados até o dia 30 de julho de 2022, identificamos que três estavam duplicados. Por essa razão a amostra consistiu em 143 trabalhos.

*Pennsylvania Museum* (1908) e do *Fogg Art Museum* (1923) nos Estados Unidos, assim como o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1932) no Brasil (COSTA, 2018). Isso demonstra como as coleções e as experimentações em museus foram e ainda são fundamentais para a conformação do estatuto epistemológico do campo:

Museologia e Museus têm caminhos entrelaçados, responsabilidades recíprocas e cumplicidade no que tange à função social. A Museologia, enquanto disciplina aplicada, pode colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal. O Museu, por sua vez, corresponde ao modelo institucional vocacionado à construção e à administração da memória, a partir de estudo, tratamento, guarda e extroversão dos indicadores culturais, materiais e imateriais (referências, fragmentos, expressões, vestígios, objetos, coleções, acervos), mediante o cumprimento de três funções básicas: científica, educativa e social. Se a consolidação epistemológica dessa disciplina depende, em grande parte, de sua experimentação nos museus, estas instituições necessitam, em contrapartida, de orientação filosófica e conceitual, derivada dos paradigmas que alimentam a discussão em torno da Museologia. Neste sentido, o refinamento dos caminhos entre o sonho e a utopia reside na conciliação entre o desenvolvimento dos museus e as conquistas do pensamento museológico (BRUNO, 2006, p. 8-9).

Apesar dos caminhos entrelaçados “entre o sonho e a utopia” é importante destacar distinções entre o campo dos museus (museal) e o campo científico da Museologia (museológico), questões terminológicas que remetem aos aspectos epistêmicos e aos debates sobre, por exemplo, as distinções entre pesquisa em museus e pesquisa museológica, sobre documentação em museus e documentação museológica ou as diferenças entre a exposição e a exposição museológica. Não é sem razões que a nuvem evidencia com os termos Museologia e museológico/museológica, além de diversos aspectos da cadeira operatória (gestão, educação, documentação, exposição e conservação), o que enfatiza museu e Museologia como termos atratores e tradutores do eixo “Teoria e prática museológica”.

Ao investigar a busca pela autonomização da Museologia enquanto um campo científico, Suely Moraes Cerávolo (2005) identificou a terminologia como um dos principais dilemas para a sistematização da área e para a delimitação de seu domínio conceitual. Ao examinar as produções sobre o seu objeto de estudo, identificou duas linhas de concepção decorrentes da ausência de um consenso de vocabulário: “a Museologia como teoria sobre as atividades de museus (‘ciência dos museus’)” e “uma meta-teoria, um certo plano filosófico (‘ciência do fato museológico’)” (p. 3). Do mesmo modo, a nuvem de palavras indica que os trabalhos de conclusão no curso de

Museologia da UnB também repercutem às transformações provocadas pela Nova Museologia, pela Museologia Social e pela institucionalização de seus princípios no campo das políticas públicas.

A figura demonstra a recorrência dos termos Arte e História, o que denota provavelmente os impactos da formação consorciada com os outros departamentos da UnB. No mesmo aspecto, evidenciamos nos trabalhos uma menor repercussão dos campos da Ciência da Informação e da Antropologia. Também é possível perceber uma quantidade pouco expressiva de trabalhos vinculados aos eixos “Memória e informação” e “Preservação e conservação de bens culturais”, o que demonstra, no primeiro caso, a necessidade de uma maior integração teórica e epistemológica com os campos da Ciência da Informação, da Arquivologia e da Biblioteconomia, no contexto da graduação.

Além disso, a incidência destacada dos termos memória e patrimônio na nuvem de palavras evidencia que uma considerável parte das pesquisas dialoga com o eixo “Museologia e Patrimônio cultural”. Do mesmo modo, demonstra como as pesquisas ampliam o entendimento do objeto da Museologia, compreendendo-a como um campo de “conhecimento e suas respectivas responsabilidades em relação à preservação dos acervos, suas evidentes reciprocidades com os conceitos e as práticas curatoriais e seu explícito comprometimento com a construção das noções de patrimônio e herança cultural” (BRUNO, 2009, p. 15-16). As palavras-chave também indicam a predominância de pesquisas sobre o campo dos museus e dos patrimônios em Brasília e no Distrito Federal. Embora existam trabalhos que investigam outros estados e países, a investigação de experiências locais consiste em uma das marcas das pesquisas.

Esses fatos demonstram a efetividade dos objetivos da Política Nacional de Museus no que se refere ao seu enraizamento nas universidades com um “potencial importante tanto no que se refere às pesquisas que passam a ser mais efetivas e mais abundantes e ainda pela ação multiplicadora dos cursos juntos à sociedade com a capacidade de estabelecer conexões entre as universidades, museus e comunidades” (MONTEIRO, 2016, p. 119).

### **3. A “universidade exclausurada”: ações de extensão e exposições curriculares**

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 preceituou a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e o artigo 213, parágrafo segundo, estabeleceu

que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 2016). Em 1999 foi divulgado o Plano Nacional de Extensão Universitária que considerou os princípios básicos da extensão, os eixos temáticos, objetivos, metas, financiamento e avaliação. E, em 2001, o Plano Nacional de Educação contribuiu para o reconhecimento das práticas extensionistas e permitiu conceituar a extensão universitária como processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, além de viabilizar a relação da universidade com a sociedade. Nessa relação, elabora-se a práxis do conhecimento acadêmico.

A extensão promove fluxos e refluxos entre a universidade e a sociedade por meio de troca de saberes sistematizados, tanto de origem acadêmica como processados nos meios populares em que atuam. A democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade são os resultados alcançados a partir da extensão e sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Como atividade interdisciplinar, a extensão favorece uma visão mais integrada da sociedade para uma atuação que leve em consideração a pluralidade brasileira. Nesse sentido, a extensão instrumentaliza a dialética processual entre teoria e prática.

As atividades de extensão são divididas nas modalidades de execução definidas pelo Decreto n. 7.416 de 30 de dezembro de 2010: I. Programa: conjunto de projetos e ações de médio e longo prazos que se articulam e interagem com a sociedade abrangendo território e população; II. Projeto: ação formal de médio prazo que visa resultados de interesse mútuo para a sociedade e para a comunidade acadêmica; III. Evento: ação de curta duração baseado em projeto específico; e IV. Curso: ação que articula sistematicamente o ensino e a extensão para formação continuada, aperfeiçoamento, especialização ou disseminação de conhecimentos, com carga horária e processo de avaliação formal definidos.

Na Universidade de Brasília, as atividades de extensão estão previstas no seu Estatuto e Regimento Geral e têm por princípio difundir e atualizar conhecimentos, a fim de fomentar a participação da comunidade para fins de transformação social. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é responsável por deliberar as ações com base nas propostas apresentadas pela Câmara de Extensão que, por sua vez, consideram o desenvolvimento de atividades que viabilizem a troca de saberes de forma dialógica, integradas aos processos educativos, culturais e científicos, concatenadas com o ensino e a pesquisa.

O Projeto Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília (2011) estabelece como diretrizes norteadoras da política pedagógica de ação extensionista: a promoção de parcerias com diferentes organizações sociais; a viabilização de espaços de convivência entre saberes plurais para aprofundamento da democracia, da luta contra a exclusão social, da degradação ambiental e da defesa da diversidade; a priorização de questões emergentes da sociedade contemporânea; o empoderamento das comunidades internas e externas envolvidas nos processos; atendimento de demandas das populações excluídas; potencialização da prática extensionista nos processos educativos; contribuição para o intercâmbio entre diferentes áreas de conhecimento; valorização das carreiras de docentes e técnicos; visibilidade nacional e internacional às atividades de extensão realizadas na UnB.

Nesse aspecto, é possível reconhecer que as ações de extensão estiveram presentes como prioridade na concepção da UnB, como um modo de concretização da utopia e de garantia de uma “universidade excludora” (RIBEIRO, 1978, p. 46). Na verdade, integram os princípios da universidade utópica e necessária defendida por Darcy Ribeiro:

As atividades extramuros da universidade [...] devem ser organizadas como um serviço público que a universidade deve à sociedade que a mantém. Este serviço deverá ser oferecido por todos os departamentos universitários e pelos demais órgãos universitários e deles deverão participar, tanto docentes como estudantes. [...] No plano de difusão cultural, as atividades de extensão somente alcançam eficácia quando a universidade conta com instrumentos modernos para a comunicação. [...] Somente possuindo-os, a universidade poderá habilitar-se a cumprir as tarefas de elevação do nível de conhecimento e de informação da sociedade nacional, de luta contra a marginalidade cultural de certas camadas da população e de combate às campanhas de alienação, colonização cultural e doutrinação política (RIBEIRO, 1969, p. 164-165).

Em busca da concretização dessa utopia, o curso de Museologia da UnB desenvolve atividades extensionistas desde sua criação, o que tem garantido a aproximação da comunidade acadêmica com grupos sociais plurais e territórios diversos. Das experiências de longa duração destaca-se o Programa de Extensão desenvolvido na Cidade Estrutural-DF que engajou a maioria do corpo docente, seja com participação regular ou com colaborações eventuais, entre os anos de 2011 a 2017. O Programa foi executado por etapas e de forma fragmentada de modo a conter projetos voltados para a conservação de materiais orgânicos como têxteis e papeis reciclados, realização de exposições museológicas e elaboração do inventário participativo.

As ações realizadas ao longo de seis anos de atuação contaram com metodologias participativas como rodas de memória, feira de artesanato e economia solidária, entrevistas com moradores e moradoras locais, eventos culturais e de formação, tais como: oficinas de encadernação e de *patchwork*, rodas de capoeira, samba de roda, ciranda, coco etc. As ações de desenvolvimento consideraram as potencialidades baseadas nos fazeres e saberes locais como o corte e costura, bordados e pinturas decorativas, música e dança, poesia e literatura, voltados para os saberes tradicionais em diálogo com as expressões urbanas da contemporaneidade.

Importa ressaltar que as atividades foram pensadas juntamente com a comunidade da Estrutural que se desenvolveu em meados de 1960 em decorrência do aterro sanitário de Brasília, às margens do Parque Nacional, que garantia o sustento de catadores/as e recicladores/as. A partir daí a Cidade recebeu pessoas de diversas partes do país, de modo que a antiga invasão, em um curto período de tempo, se tornou uma cidade com população de aproximadamente 40 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010. O direito à memória se transformou em principal ferramenta para a permanência no território e conquista de outros direitos, de modo que a criação de um museu ou espaço de memória tornou-se uma prioridade.

A Profa. Dra. Silmara Küster de Paula Carvalho (2019), primeira coordenadora de Extensão da Estrutural, assumiu o compromisso por acreditar na luta por “uma Museologia conectada com a vida” (p. 310) das pessoas e do meio ambiente:

[...] foi possível perceber que somente há democracia quando não silenciemos o direito de intervir e decidir do outro sobre seu patrimônio e memória. Esta percepção também nos modifica, ampliamos o olhar, experienciamos a transdisciplinaridade e passamos a compreender que o que está entre, através e além da museologia é o Ser do ser humano, sua memória e história (CARVALHO, 2019, p. 328).

A partir dessa perspectiva de Museologia e memória social voltada para a vida e para a formação cidadã das/dos discentes, outras ações extensionistas se desenvolvem por meio de curadorias de exposições museológicas, estudos de acervos e coleções em museus, visitas técnicas, seminários, cursos, palestras e simpósios. Dada a relevância das ações de extensão para a associação do conhecimento dialógico que atravessa o ensino e a pesquisa, adaptamos a matriz curricular do curso (2021-2022), para atender à composição de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular obrigatória estudantil dedicadas às ações extensionistas.

Contudo, a flexibilização da matriz curricular tem o objetivo de integrar diferentes componentes que ratifiquem a indissociabilidade que há entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de promover uma aproximação das/os discentes com a práxis profissional. Outrossim, a extensionalização do currículo consiste em um dos desafios atuais visando diversificar o cenário ou território, bem como os dispositivos metodológicos de ensino-aprendizagem e avaliação.

Nesse aspecto destaca-se a disciplina Museologia e Comunicação 4, reformulada visando a creditação curricular das atividades de extensão. A disciplina é dedicada à realização de exposições curriculares e contava, desde sua criação, com o protagonismo das/dos discentes que escolhem o tema a ser tratado e o espaço onde será estabelecida a comunicação com o público. Todavia, com o reconhecimento da exposição museológica como ação de extensão no currículo, a disciplina assume com ênfase e de forma institucionalizada o compromisso de manter as propostas curatoriais voltadas para a práxis coletiva, participativa e em consonância com as questões sociais que atravessam o sistema de representação cultural (estético e poético), político e social. Desse modo, a exposição curricular do curso de Museologia da UnB terá como desafios, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, evidenciar a inclusão criativa da extensão no projeto pedagógico do curso, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento.

Quadro 1 – Exposições curriculares do curso de Museologia/UnB

ANO	TÍTULO	TEMA
2022	<i>Mãos ao alto</i>	Violência policial contra corpos negros
2022	<i>Cotas raciais na UnB: na rota dos 20 anos</i>	Ações afirmativas na UnB
2022	<i>UnB, espaços de memória</i>	Espaços de memória na UnB em Tour Virtual
2022	<i>Muse-o-que? Museologia Explicada</i>	Museologia como área do conhecimento
2019	<i>02/09/2018 – Quem lembra?</i>	Incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro
2018	<i>Se essa rua fosse mina</i>	Mulheres no Hip-hop no Distrito Federal
2018	<i>Meus medos</i>	Saúde mental no ambiente universitário
2017	<i>Ultraje</i>	Identidades plurais, crítica ao binarismo de gênero

2016	<i>Avosidades</i>	Gerações, memória afetiva
2016	<i>Capilaridades: entre fios, raízes e identidades negras</i>	Cabelos, estética e identidades negras
2016	<i>Arte à flor da pele</i>	Tatuagem
2015	<i>Impressionantes gravuras</i>	Gravuras e gravadoras da UnB
2015	<i>Vossa Majestade</i>	Drag Queen e identidades de gênero
2014	<i>HoQ – quadrinhos</i>	Produção Independente Nacional de Quadrinhos
2014	<i>Ver [a] cidade</i>	Intervenções urbanas
2013	<i>E não foram felizes para sempre</i>	Fim dos relacionamentos amorosos
2013	<i>Brasília, mostre suas caras</i>	As identidades da cidade e de seus moradores
2013	<i>Gerações</i>	Brinquedos e brincadeiras da década de 1990
2012	<i>Vem, vamos. E agora?</i>	Movimento estudantil na UnB

Fonte: Arquivo do curso de Museologia/UnB.

As exposições curriculares do curso de Museologia da UnB (Quadro 1) evidenciam o aspecto fundamentalmente interdisciplinar da Museologia, que fomenta a produção, organização e socialização dos conhecimentos. A valorização dos processos desenvolvidos no âmbito da Universidade e a proposição de melhorias para o ambiente acadêmico podem ser observados no conteúdo das exposições. *Vem, vamos. E agora?* (2012), ressaltou a relevância do movimento estudantil da UnB e suas formas de resistência ao período de ditadura militar e teve como mote a invasão do campus Darcy Ribeiro. *Meus medos* (2018), evidenciou a preocupação com a saúde mental da comunidade universitária de modo a estimular mais (auto) cuidado e empatia entre os usuários e frequentadores do Campus.

No contexto pandêmico da Covid-19, o curso de Museologia se adaptou às novas formas de interação com o público visitante que se manteve em isolamento social. A partir da aquisição de equipamentos como a câmera Gopro 360º e o Software 3DVista realizou o Tour Virtual *UnB, espaços de memória* (2022), com o registro dos lugares de convivência acadêmica durante o período pandêmico para refletir sobre o esvaziamento do *Campus*, o distanciamento das pessoas e as memórias processadas por meio da interrelação que os espaços promovem.

De acordo com Monique Magaldi, Bruno Brulon e Marcela Sanches (2018), as visitas tradicionais a exposições museológicas encontram desafios para atrair o público cada vez mais conectado a computadores, celulares e uma diversidade de equipamentos eletrônicos que dispensam a ida das pessoas ao museu. Nesse sentido, muitas instituições virtualizaram suas exposições o que altera os meios e as formas de apresentação como também a mediação que passa a contar com a linguagem de *QR-codes* de modo a inserir o/a visitante no processo.

Os temas também orbitam em torno da Museologia brasileira como campo de conhecimento científico a ser traduzido para a sociedade com vistas a gerar públicos comprometidos com os museus, a memória social e a preservação de bens patrimoniais, objetos musealizados e musealizáveis. Este é o caso de *Muse-o-que? Museologia Explicada* (2022) que ampliou o debate sobre essa área de conhecimento de modo a situar a importância da formação de profissionais comprometidos/as com a justiça social por meio da preservação da memória coletiva representada nos museus brasileiros. Nesse sentido, a exposição *02/09/2018 – Quem lembra?* (2019), já havia se dedicado a registrar a negligência dos poderes públicos institucionalizados que resultou no incêndio que destruiu o acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro, remanescente do século XIX.

A partir das exposições é possível mapear a pluralidade dos grupos envolvidos, as narrativas e discursos elaborados e a participação direta de agentes externos à comunidade acadêmica. *Gerações* (2013) apresentou brinquedos e brincadeiras da década de 1990 para atrair e formar o público da terceira idade e promover a aproximação das gerações por meio dos dispositivos lúdicos acessados em cada uma delas. Da mesma forma, *Avosidades* (2016) fez um recorte geracional a partir de objetos apresentados como indicadores da memória afetiva de avós que contribuíram com a seleção e produção de conteúdo para a exposição. *E não foram felizes para sempre* (2013) também trouxe a memória afetiva para o centro do debate, mas, neste caso, de forma a questionar a transitoriedade dos sentimentos como resultado de uma sociedade líquida, inconstante e individualista. Nesse sentido, a exposição reuniu objetos que representavam o fim dos relacionamentos amorosos como catarse para a superação de frustrações e reposicionamento da noção de amor na contemporaneidade.

Assim como evidenciado nos trabalhos de conclusão de curso, o Distrito Federal e Brasília consistiram em temas recorrentes das exposições curriculares do curso de Museologia da UnB. Em *Brasília, mostre suas caras* (2013), a busca pelo

reconhecimento identitário da cidade formada a partir da migração de nordestinos/as, mineiros/as, cariocas e goianos/as durante sua construção, apresentou a diversidade cultural constituída pelo alinhavo das referências trazidas dos diversos cantos do país. O resultado caudaloso e consistente do encontro de culturas na Capital do País pode ser apreciado em *Ver [a] cidade* (2014) que situou as intervenções urbanas no âmbito da produção artística local como expressão que se acentua em consonância com a arquitetura moderna. A arte como expressão identitária também pode ser observada nas exposições *HoQ – quadrinhos* (2014) com foco na produção independente no cenário nacional, a partir de quadrinistas locais. *Arte à flor da pele* (2016) apresentou a tatuagem como expressão artística conectada com a experiência vivida, as emoções pessoais e os sentimentos mais íntimos dos tatuados e tatuadores com objetivo reposicionar a tatuagem como linguagem artística não marginalizada.

Questões de gênero e sexualidade no Distrito Federal também atravessaram as exposições curriculares como *Se essa rua fosse minha* (2018), que apresentou repertório vasto sobre a participação de mulheres na cena do *hip-hop* do Distrito Federal sem se furtar de apontar a violência das ruas que desestimula artistas mulheres a ocupar os espaços urbanos. *Ultraje* (2017) tratou da pluralidade das identidades de gênero e da crítica ao binarismo a partir do traje, de modo a evidenciar a androgenia como ideal de liberdade. Em conexão com as questões atinentes à identidade de gênero, *Vossa Majestade* (2015) trouxe à tona o universo das *Drag Queens* para o espaço musealizado de modo a valorizar a presença artística das profissionais da área.

As questões raciais se acentuaram na exposição *Capilaridades: entre fios, raízes e identidades negras* (2016) que inseriu a discussão sobre o cabelo e as cabeças afro-diaspóricas no centro do debate com o objetivo de ressignificar a estética e as identidades negras. Movida pelo mesmo sentimento que luta por uma sociedade antirracista, *Cotas raciais na UnB: na rota dos 20 anos* (2022) acrescentou ao debate a importância da implementação das políticas de ações afirmativas na UnB e a inserção da população negra nos espaços reservados ao poder normativo exercido por pessoas brancas, sobretudo homens héteros e cisgêneros. Utilizando variadas manifestações artísticas, a exposição *Mãos ao alto* (2022) refletiu sobre a violência policial contra corpos negros. Nesse sentido, a universidade tem se colocado como espaço que promove rupturas das hierarquias sociais marcadas pelas relações étnico raciais. De outro modo confronta o sistema patriarcal e o projeto colonizador.

A exposição museológica é o principal meio pelo qual os museus e os espaços museais enunciam seus discursos e constroem narrativas a partir da organização da informação para a produção de conhecimentos. Portanto, consiste em um dos desafios das exposições curriculares a propositura de narrativas cada vez mais diversas e inclusivas, visando a reparação histórica e a afirmação de identidades marginalizadas. É necessário observar as camadas de discriminação que hierarquizam a sociedade de forma interseccional, subverter a ordem do discurso a partir de ações contra hegemônicas e reivindicar novas epistemologias que valorizem as práticas e o pensamento decolonial, culminando em uma “acessibilidade em profundidade”.

#### **4. Inclusão étnico-racial e desafios da “acessibilidade em profundidade”**

A Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2022 completa 60 anos e o curso de Museologia completa 14 anos. Idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro e o educador Anísio Teixeira seu projeto, dentro de um espírito inovador, tinha como premissa a construção de uma universidade necessária para o Brasil (SOUZA JÚNIOR, 2012) e, portanto, que rompesse com o caráter elitista e com a prática de ser uma reunião nominal de escolas superiores pré-existentes, estanques e autossuficientes (RIBEIRO, 2012). Portanto, a ideia era que não mais promovesse a segregação das/os discentes, não se limitasse a um preparo profissional em poucas modalidades e a cumprir uma legislação educacional formalista e rígida (RIBEIRO, 2012).

Para Darcy Ribeiro seria a instauração de uma universidade para pensar o Brasil como problema e ter como objetivos: ampliar as vagas para as escolas públicas; implantar uma administração democrática com a participação de discentes e docentes; desenvolver currículos integrados e flexíveis e propiciar a troca de experiência cultural a quem por ela passasse (FÁVERO, 2006). Todavia, infelizmente, a Ditadura Civil-Militar, instaurada em 1964, impediu a sequência destas tratativas específicas, assim como desestruturou o projeto da Universidade. Foram, a partir de então, intervenções políticas, demissões de servidores/as e professores/as, prisão e desaparecimento de discentes e sucessivas reformas universitárias que descaracterizaram, naquele contexto, a feição utópica do projeto original da universidade (SOUZA JÚNIOR, 2012).

No entanto, do período de redemocratização até hoje, é consenso que o vanguardismo da instituição não foi destruído, construindo iniciativas inspiradoras no

ensino, na pesquisa e na extensão, nas ações de gestão e nas políticas universitárias. Uma delas traduz-se na preocupação com as políticas de ingresso que têm a acessibilidade e a inclusão como mote: no ano de 1995 foi instituído o Programa de Avaliação Seriada (PAS)<sup>5</sup>; em 2003 o Sistema de Cotas para Negros<sup>6</sup>; em 2004 o Vestibular para os povos indígenas<sup>7</sup>; e, a partir de 2012, em atendimento à Lei n.º 12.711<sup>8</sup>, as cotas socioeconômicas. Assim, afirmou a Reitora Márcia Abrahão:

A UnB sempre foi uma universidade à frente de seu tempo, e as cotas são mais um exemplo de nosso protagonismo. Com as ações afirmativas, democratizamos o acesso à Universidade e reiteramos o compromisso com a superação das desigualdades e com a valorização da diversidade (UNB NOTÍCIAS, 2018).

O Curso de Museologia foi criado e instituído na Faculdade de Ciência da Informação da UnB em 2008, registrando o ingresso das/os primeiras/os discentes no segundo semestre de 2009. Assim, o ingresso no curso sempre foi realizado respeitando as políticas de inclusão adotadas pela instituição, ou seja, o PAS e as cotas étnico-raciais. Isso pode ser evidenciado na Tabela 2, elaborada a partir dos dados do Anuário Estatístico da UnB de 2015 a 2021, sobre raça/cor dos/as discentes do curso. Nota-se que, seguindo a metodologia do IBGE que considera negros a somatória das pessoas pretas e pardas, que ao eliminarmos o grupo de discentes que “não quis se declarar”, desde o ano de 2015 o Curso de Museologia apresenta um corpo discente majoritariamente negro.

---

<sup>5</sup> “Programa de Avaliação Seriada (PAS) é um processo seletivo da Universidade de Brasília (UnB), realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular. Atualmente, a Universidade destina a metade das vagas em todos os seus cursos aos aprovados no Programa, abrindo as portas da Instituição para os estudantes do ensino médio de forma gradual e progressiva. As provas são interdisciplinares, com o objetivo de verificar o desempenho das competências e habilidades desejadas para os futuros universitários. A avaliação valoriza a aprendizagem escolar, mas não se detém aos conhecimentos isolados nas disciplinas” (UnB, 2022). Disponível em: <https://www.cebraspe.org.br/pas-unb/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>6</sup> De forma pioneira, as cotas para negros/negras (irrestritas) foram instituídas, em 2004, na UnB como uma política de combate ao racismo. Elas vigoraram na Universidade de 2004 a 2012, quando foi aprovada a Lei n.º 12.711/2012.

<sup>7</sup> Política de ação afirmativa aprovada em junho de 2003 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB é um processo seletivo semestral destinado à inclusão de discentes indígenas que vivem em comunidades do interior do país.

<sup>8</sup> A Lei n.º 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto 7.824 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a discentes oriundos/as integralmente do ensino médio público em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As vagas reservadas às cotas (50%) serão subdivididas – metade para discentes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e metade para discentes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos/as, pardos/as e indígenas na unidade da federação, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 2 - Raça/Cor autodeclarada das/os discentes do Curso de Museologia/UnB

ANO	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	NÃO QUIS DECLARAR	NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÃO
2020	1	73	0	96	27	42	0
2019	3	90	0	84	29	36	0
2018	2	85	0	74	35	36	0
2017	2	85	0	66	36	28	1
2016	3	79	1	56	31	45	1
2015	8	81	1	58	26	36	1
2014	6	90	1	56	24	25	2

Fonte: Anuários Estatísticos da Universidade de Brasília (2015-2021).

Fruto do ingresso pelo PAS, por cotas raciais e pelo Vestibular Universal, os dados demonstram que o curso do Museologia cumpre o seu papel espelhando nas salas de aula a realidade do Distrito Federal que apresenta 57,6%<sup>9</sup> de negros e negras (somatório de pretos/as e pardos/as) na sua população. Ao mesmo tempo, cumpre o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB em 2003, de combate ao racismo.

Esta questão não traz tranquilidade, pois os dados traduzem os/as ingressantes, mas não as/os formandos, pois as políticas de ingresso não significaram a ampliação de políticas de permanência. Do mesmo modo consistem em desafios a serem enfrentados, visto que ainda há muito a ser realizado no enfrentamento ao racismo estrutural, ao sexismo, ao capacitismo, às LGBTQ fobias e às questões sociais que afetam homens negros e mulheres negras que compõem, conforme a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 69% da população pobre e periférica do DF.

Os dados sobre a presença de indígenas no Curso de Museologia da UnB demonstram que os desafios ainda são maiores. O curso oferece vagas, mas elas não têm sido ocupadas por este grupo (Tabela 2). É necessário investigarmos também a participação das/os discentes negras/os e indígenas nos Programas de Iniciação Científica (PIBIC), nos processos de intercâmbios, nos estágios não obrigatórios, nas monitorias e nos projetos de extensão. No mesmo sentido, a análise dos trabalhos de

<sup>9</sup> Dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Disponíveis em: [codeplan.df.gov.br](http://codeplan.df.gov.br) Acessado em: 10 jul. 2022.

conclusão de curso em Museologia disponibilizados na Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da UnB evidencia que ainda são poucos os que tratam das temáticas e problemáticas contemporâneas ligadas às questões étnico-raciais, de acessibilidade e LGBTQIA+.

Todavia, não podemos deixar de registrar os impactos das políticas educacionais brasileiras que se reconstruíram em âmbito federal e distrital, a partir de legislações como:

- Lei Federal n.º 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi alterada no artigo 26 e 26-A pelas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 que estabelecem as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e a Lei Distrital n.º 5.714/2016, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais";
- Lei n.º 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei n.º 9.795/1999 que cria a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Distrital nº 5.806/2017, que "dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na rede pública de ensino do Distrito Federal".

Do mesmo modo, entre fluxos e refluxos, o curso de Museologia da UnB também foi impactado pelas políticas do setor museal (Política Nacional de Museus, Política Nacional de Educação Museal, Plano Nacional Setorial de Museus e Estatuto de Museus) que apresentam como preceitos fundamentais: a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural e o intercâmbio institucional, a parceria com as comunidades, o reconhecimento de outras experimentações museológicas e a construção da educação museal. Todavia, ainda consiste em desafio articular as políticas do setor museal e as políticas de promoção da igualdade racial:

Destaque na formação dos cursos de graduação em Museologia, nos quais a inclusão de disciplinas sobre cultura e história africana e afro-brasileira, relações étnicorraciais e mesmo sobre outras diversidades culturais, como indígenas e ciganos, assim como relações de gênero e temas como machismo, homofobia e outras formas correlatas de discriminação e preconceito, estes temas latentes na nossa sociedade ainda não são incluídas de forma sistêmica nos nossos currículos. Isso nos leva a afirmar que iniciativas como a Lei n.º 10.639/03 ainda não tiveram o alcance esperado nos currículos das Universidades, embora sua presença, benéfica, já possa ser sentida. [...] Podemos apontar, assim, a importância de uma profunda articulação entre as políticas públicas para a área de cultura. As iniciativas tanto na área museológica como na área de combate ao racismo e a discriminação podem contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente de sua formação e de sua trajetória, e de uma realidade de inclusão e de valorização da diversidade (SIMÃO, 2015, p. 94-95).

Esses apontamentos, especialmente sobre a inclusão étnico-racial e a formação em Museologia na UnB, demonstram os desafios para alcançar aquilo que Waldisa Rússio (1977) designou de “acessibilidade em profundidade, um movimento largo e de raízes” em prol da “Grande Utopia da Humanização” (p. 160). Desse modo, acreditamos que a inclusão étnico-racial no curso de Museologia, e nos demais cursos da UnB, consiste em um caminho potente para a implementação da “utopia concreta” (RIBEIRO, 1978) a partir dos impactos que os marcadores sociais da diferença imprimem na produção epistemológica.

Obviamente, conforme destacaram Joaze Bernardino-Costa e Antonádia Borges (2021), apenas aos avanços legais não desfazem o histórico racista, sexista e capacitista nas universidades, mas as políticas de ações afirmativas podem contribuir para um projeto decolonial antirracista e contra-hegemônico de universidade: “a simples representação proporcional dos diversos grupos raciais em todas as esferas da vida social é razão suficiente para justificar a adoção de tais políticas, sendo a sub-representação desses grupos indício de desigualdades étnico-raciais a serem superadas” (p. 8). Além disso, é importante reconhecer a contribuição das ações afirmativas “para o desenvolvimento de uma política radical da diversidade, que traz em seu bojo o potencial de um projeto decolonial contra-hegemônico na produção do conhecimento” (p. 9).

### **Considerações finais**

Inspirados nas imagens da UnB como “utopia concreta”, elaborada por Darcy Ribeiro (1978), e do museu com “deflagrador das utopias”, segundo a proposição de

Waldisa Rússio (1977), apresentamos aspectos da trajetória e alguns desafios da formação em Museologia na UnB. Por meio de um exercício de reflexividade analisamos as singularidades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, além das ressonâncias da Política Nacional de Museus e das políticas de ações afirmativas nesse processo.

De acordo com Ivan Coelho de Sá (2019), a “construção da Museologia como campo disciplinar está associada às transformações conceituais deste campo, mas também às transformações da sociedade e da cultura no contexto geral” (p. 236). Portanto, para a compreensão das configurações da formação em Museologia na UnB é necessário evidenciar as condições de possibilidade que permitiram sua institucionalização, as reverberações das transformações conceituais, além das suas singularidades e repercussões neste campo disciplinar. Em outras palavras, consiste em investigar, no contexto da UnB, “os processos de elaboração, recepção e formação de epistemologias no exercício de (des) construção de Museologias do fazer museológico” (BRITTO, 2021, p. 387).

Nessa perspectiva a apresentação das singularidades dos processos de elaboração, recepção e formação em Museologia na UnB contribui para sinalizarmos as cenas e bastidores da “concretização das utopias” e, do mesmo modo, para estimular investigações que contribuam para o enfrentamento dos diversos desafios nesse campo do conhecimento, a exemplo de efetivas ações de interdisciplinaridade, inclusão e diversidade. Trata-se de um exercício de reflexividade sobre a trajetória da Museologia em um ano de significativas vigiâncias comemorativas: os 50 anos da Mesa de Santiago do Chile, os 60 anos da UnB, os 90 anos da formação em Museologia no Brasil (entendida, naquele contexto, como ciência/técnica de museus) e os 100 anos do nascimento de Darcy Ribeiro.

## Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MARQUES, Angélica Alves da Cunha; VANZ, Samile Andréa Souza. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UnB e da UFRGS. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos/São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jul./jun. 2010.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, p. 1-18, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRAYNER, Vânia. Waldisa Rússio e o processo que rompe o imperativo do fato. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (Org.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021. p.225-278.

BRITO, Maria Ivoneide de Lima. *Implementação do Reuni na UnB (2008-2011): limites na ampliação de vagas e redução da evasão*. Dissertação (Mestrado Profissional), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRITTO, Clovis Carvalho. Teoria do efeito de teoria: reflexões sobre a organização do conhecimento no campo das Museologias contemporâneas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 387-412, out/dez. 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 19-28, 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocesso e desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (Org.). *Cultura material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. p. 14-25.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 25, p. 5-20, 2006.

CARVALHO, Silmara Kuster de Paula. “Luta, resistência e conquista”: a extensão universitária no Ponto de Memória da Estrutural. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 8, n. 16, p.310-329, jul-dez, 2019.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Museologia: retrospectiva sobre a formação da área e método de pesquisa para delimitar um domínio conceitual. In: VI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2005. *Anais [...]*. Florianópolis, 2005. p.1-13.

CHAGAS, Mario; PRIMO, Judite; STORINO, Cláudia; ASSUNÇÃO, Paula. A Museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n.11, v. 55, p.73-101,2018.

COSTA, Luciana Ferreira da. *Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. *UnB e comunicação nos anos 1970: acordo tácito, repressão e credibilidade acadêmica*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2013.

DUARTE, Carine Silva. *Da CEM ao SEM: memória e trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ECHTERNACHT, Anna Laudicealtaborai; SÁ, Ivan Coelho de. Formação profissional em Museologia no âmbito da pós-graduação: o impacto do programa em museus portugueses (1964-1973). *Revista CPC*, São Paulo, n. 23, p. 170-201, jan./jul. 2017.

FREITAS, Jamenson Araújo de. *Egressos do curso de Museologia da Universidade de Brasília: atuação no mercado de trabalho (2013-2017)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; CARRIJO, Elizângela. Lygia Martins Costa: dedicação ao mundo museal por mais de meio século. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 252–268, 2012.

MAGALDI, Monique B.; BRULON, Bruno; SANCHES, Marcela. Cibermuseologia: as diferentes definições de museus eletrônicos e a sua relação com o virtual. In: MAGALDI, Monique B.; BRITTO, Clovis Carvalho (Org.). *Museus & Museologia: desafios de um campo interdisciplinar*. Brasília: FCIUnB, 2018. p. 135-155.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *A Arquivologia brasileira: busca por autonomia no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. *Ensaio: avaliação em políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.25, n. 96, p. 585-608, jul./set, 2017.

MONTEIRO, Simone Flores. *Política pública para museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RÚSSIO, Waldisa. *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 1977.

SÁ, Ivan Coelho de. Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 e 1970. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 8, n. 16, p. 236-257, 2019.

SÁ, Ivan Coelho de. Lygia Martins Costa: narrativa sobre suas contribuições à Museologia e ao Patrimônio. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 129-146, 2015.

SIMÃO, Maristela. *Políticas públicas no século XXI: políticas museológicas e políticas de promoção da igualdade racial no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

---

Data de recebimento: 25.08.2022

Data de aceite: 05.10.2022